

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.801 - GO (2019/0299592-4)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : WELDER DE ASSIS MIRANDA
ADVOGADO : WELDER DE ASSIS MIRANDA - GO028384
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : WANDERSON TEIXEIRA DE JESUS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em benefício de WANDERSON TEIXEIRA DE JESUS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás que não conheceu do HC n. 5478347.07.2019.8.09.0000, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 119):

HABEAS CORPUS. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. INVIABILIDADE DE ANÁLISE DO CONSTRANGIMENTO ILEGAL. NÃO CONHECIMENTO. 1. Sendo o habeas corpus, ação penal de rito sumaríssimo, que exige prova pré-constituída e não admite instrução posterior, torna-se inviável o seu conhecimento quando inexistentes documentos comprobatórios da constrição cautelar ilegal. 2. Quando a deficiência instrutória não for suprida nem pelas informações trazidas pela autoridade indigitada coatora, nem por pesquisas no sítio eletrônico desta Corte, impossível a análise da ilegalidade da constrição pela documentação contida nos autos.

HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

A defesa narra que o Ministério Público Estadual requereu a prisão preventiva do paciente, sem prova concreta acerca da prática do crime de formação de organização criminosa. Sustenta ser ilegítimo o acesso a informações contidas em dispositivos móveis, sem autorização judicial.

Nega a autoria do delito e suscita a nulidade da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, por ausência dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal e diante das suas condições pessoais favoráveis (primariedade, residência fixa e bom convívio social).

Superior Tribunal de Justiça

Sustenta ser adequada a imposição de medida cautelar em substituição à prisão.

Invoca o princípio da dignidade da pessoa humana e decisão do STF que permite a concessão de prisão domiciliar, com monitoramento eletrônico, para o caso de ausência de vaga no sistema prisional, como ocorre nos dias atuais (presídios superlotados).

A defesa pede, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente ou a aplicação de medidas cautelares.

É o relatório. **Decido.**

O presente *habeas corpus* não merece ser conhecido.

Primeiro por inadequação da via eleita. De acordo com a nossa sistemática recursal, o recurso cabível contra acórdão do Tribunal de origem que denega a ordem no *habeas corpus* é o recurso ordinário, consoante dispõe o art. 105, II, "a", da Constituição Federal.

O Superior Tribunal de Justiça, seguindo o entendimento firmado pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, não tem admitido a impetração de *habeas corpus* em substituição ao recurso próprio, prestigiando assim o sistema recursal vigente. Admite-se, entretanto, em casos de flagrante ilegalidade, a concessão da ordem, de ofício. Nesse sentido, os precedentes: STF, HC 113890, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julg. em 3/12/2013, DJ 28/2/2014; STJ, HC 320.818/SP, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 21/5/2015, DJe 27/5/2015; STJ, HC 276.809/RS, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, Quinta Turma, julgado em 6/5/2014, DJe 12/5/2014.

Segundo porque, mesmo que essa questão pudesse ser superada, a fim de se verificar a existência de constrangimento ilegal hábil a permitir a concessão da ordem, de ofício, por esta Corte Superior, a análise dos pedidos iniciais esbarraria em outro óbice. Verifica-se dos autos que a **questão**

Superior Tribunal de Justiça

sub judice **não** foi apreciada pelo Tribunal impetrado, por instrução deficitária. Isso porque o writ originário não estava instruído com a documentação necessária ao exame da controvérsia, a dizer, com a cópia do decreto prisional impugnado (e-STJ fls. 119/124), o qual, **também não foi** carreado ao presente instrumento.

Revela-se, portanto, inviável a análise do tema diretamente por esta Corte, sob pena de supressão de instância. Nesse sentido:

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PLEITOS DE RECONHECIMENTO DA INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA E DE PRISÃO DOMICILIAR NÃO LEVADOS À APRECIÇÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO INQUÉRITO POLICIAL PREJUDICADO. DENÚNCIA OFERTADA. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. MODUS OPERANDI. RECURSO ORDINÁRIO NÃO PROVIDO.

I - As questões relativas aos pleitos de reconhecimento da incompetência do Juízo de Primeira Instância e da prisão domiciliar prevista no art. 318 do Código Penal, não foram objeto de apreciação pelo eg. Tribunal a quo, razão pela qual fica impedida esta eg. Corte de proceder a tais análises, sob pena de indevida supressão de instância (precedentes).

(...).

Recurso ordinário não provido. (RHC 68.691/MT, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 03/08/2017, DJe 16/08/2017)

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO CAUTELAR. GRAVIDADE CONCRETA. QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. OCORRÊNCIA. PRISÃO DOMICILIAR. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ORDEM DENEGADA.

1. Não é ilegal o encarceramento provisório decretado para o resguardo da ordem pública, em razão da gravidade concreta do fato delituoso, cifrada na significativa quantidade de droga apreendida (20 kg de "crack", na forma de 19 tabletes grandes e 4 pequenos).

2. A tese referente ao pleito de prisão domiciliar não foi

Superior Tribunal de Justiça

debatida perante a instância precedente, não sendo possível examiná-la nesta via, sob pena de indevida supressão de instância.

3. *Ordem denegada.* (HC 394.017/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 01/08/2017)

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. INADEQUAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO DOMICILIAR. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. QUANTIDADE E DIVERSIDADE DOS ENTORPECENTES APREENDIDOS. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. NEGATIVA DE AUTORIA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

(...).

2. *A tese relativa à possibilidade de substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar não foi objeto de julgamento pelo Tribunal de origem, o que impede seu conhecimento por este Tribunal Superior, sob pena de indevida supressão de instância.*

(...).

6. *Habeas corpus não conhecido.* (HC 360.160/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 22/06/2017)

Neste *writ*, portanto, que impugna o acórdão que não enfrentou o mérito dos pedidos iniciais, não há possibilidade de se apreciar a eventual legalidade da custódia preventiva, uma vez que esta matéria não foi analisada pelo Tribunal local, no ato coator ora impugnado.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

